



## EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NAS MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS

Gilmar Ribeiro dos Santos<sup>2</sup>  
Sílvia Gomes Rodrigues<sup>3</sup>  
Raíssa Cota Pales<sup>4</sup>

**Resumo:** A educação é considerada uma das variáveis indispensáveis na análise sobre o desenvolvimento. No Brasil, a educação é alvo de diversas políticas públicas. Inúmeros foram os mecanismos criados pelo Estado, entre eles a formulação das Leis de Diretrizes e Bases (LDBs), a fim de aumentar os índices educacionais, no âmbito do ingresso escolar, frequência, permanência, desempenho, entre outros. O objetivo deste artigo é averiguar a distribuição de alguns destes índices nas macrorregiões de planejamento de Minas Gerais a partir da análise dos dados obtidos pela PAD/MG-2009, disponibilizados pela Fundação João Pinheiro.

**Palavras-chave:** Educação, Macrorregiões, Minas Gerais, Políticas Públicas.

**Abstract:** The education is considered one of the essential variables in the analysis on development. In Brazil, the education is the target of several public policies. Numerous mechanisms have been created by the State, including the formulation of the Laws of Guidelines and Bases (LDBs) in order to increase the educational levels within the school enrollment, attendance, retention, performance, among others. The aim of this paper is to investigate the distribution of some of these indices in macro-regions of planning of Minas Gerais from the analysis of data obtained by PAD/MG-2009, available by João Pinheiro Foundation.

**Keywords:** Education, Macro-regions, Minas Gerais, Public Politics.

---

\* Os autores agradecem à FAPEMIG pelo apoio financeiro à Pesquisa: Reestruturação Produtiva na Produção de Carvão Vegetal no Norte de Gerais.

<sup>2</sup> Doutor. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). gilrds@uol.com.br

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

<sup>4</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). raissacs1@yahoo.com.br



## 1 – INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o período imperial, a educação, enquanto instrução escolar, foi alvo de discussões sobre a falta de acesso das camadas populares. Mas, diversos foram os obstáculos enfrentados por aqueles que defendiam a educação como necessário à maioria da população. A sociedade brasileira estava inserida em um cenário escravista, autoritário e profundamente desigual, com baixa capacidade de investimento das províncias. Em outros aspectos, durante este período, a presença do Estado era muito pequena e pulverizada, e algumas vezes, considerada pernicioso no ramo da instrução. Tornou-se necessário, paulatinamente, afirmar a presença do Estado nessa área, e criar, a centralidade do papel da instituição escolar na formação de novas gerações, (FARIA FILHO, 2007).

Este processo de construção da importância da educação, no decorrer dos períodos da história das sociedades, e em especial, a brasileira, assumiu diversas razões. As transformações na dinâmica social e econômica contribuíram significativamente para este fato. Diferentes países, de acordo com suas características históricas, promovem reformas em seus sistemas educacionais com a finalidade de torná-los mais eficientes e equitativos, capazes de enfrentar mudanças no processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos, (MELLO, 1991).

Segundo Mello (1991), em países industrializados, o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações constituem matérias-primas vitais para as economias modernas. Assim, as prioridades de investimento em infra-estrutura e equipamentos deslocam-se para a formação de competências cognitivas e sociais da população. A educação adquire centralidade nas pautas governamentais e na agenda dos debates que buscam caminhos para uma reestruturação competitiva da economia. Em linhas gerais, A necessidade de enfrentar novos padrões de produtividade e competitividade, impostos pelo avanço tecnológico, está levando à redescoberta da educação como componente essencial das estratégias de desenvolvimento.

E neste cenário, diversas são as políticas públicas voltadas para educação, e não menos importante, essa passa a ser monitorada para análise de sua dispersão sobre os territórios, a fim de avaliar o nível de desenvolvimento destes. Esta discussão é pertinente na sociedade brasileira, o que leva-nos a averiguar, a realidade do Brasil, bem como, do Estado de Minas



Gerais, através de suas macrorregiões de planejamento, a saber, Norte, Rio Doce, Zona da Mata, Noroeste, Central, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Jequitinhonha/Mucuri.

## 2 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao analisar o desenvolvimento de uma sociedade, uma das variáveis fundamentais é a educação, a qual, por sua vez, é alvo de inúmeros projetos no Brasil. Este desenvolvimento, no caso brasileiro, está intimamente ligado ao processo acelerado de urbanização, industrialização e, conseqüentemente, às pressões sociais em torno da ampliação da instrução pública. Com a modernização da sociedade brasileira foi se constituindo, aos poucos, o entendimento do analfabetismo como uma doença, uma vergonha nacional, a ser erradicada, (SAVIANI, 2001).

Segundo Saviani (2001), após a Revolução de 1930, o Brasil, começou a enfrentar problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna, entre eles, o da instrução pública popular. Neste período foi instituído o Ministério da Educação e Saúde – atualmente Ministério da Educação. A educação passou a ser reconhecida enquanto questão nacional. Naquele contexto, diversas medidas relacionadas à educação foram tomadas. Mas, somente em 1946, o país sancionou uma lei referente ao ensino primário, Constituição Federal de 1946, definindo a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório. Em 1947 foi iniciado o processo de elaboração da Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Houve uma longa tramitação e diversas instabilidades. A sanção da primeira LDB no país só ocorreu em 20 de dezembro de 1961. Contudo, ainda persistiram algumas limitações.

Em 1967, sob o contexto do regime militar, a Constituição Federal (promulgada em 24 de janeiro) manteve a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Contudo, não se cogitou neste período a elaboração de uma nova LDB. Alterando somente os dispositivos referentes ao Ensino Superior (Lei 5.540/68) e as normas ligadas ao ensino primário e médio que, por meio da Lei 5692/71, passaram a ser denominados primeiro e segundo graus.

Com a decadência do regime militar, e no cenário da transição democrática, o Congresso Nacional, eleito em 1986, foi investido de poderes constituintes e elaborou a Constituição Federal de 1988. Na mesma permaneceu a competência da União de legislar, em caráter privativo, sobre



as LDBs. Em consequência deste dispositivo e como fruto de um processo iniciado em dezembro de 1988, entrou em vigência no dia 21 de dezembro de 1996 a nova LDB, depois de oito anos de discussão no Congresso Nacional, SAVIANI (2001), DURHAM (2010).

Embora não se tratasse de iniciativa do Governo Federal a atuação do Ministério da Educação (MEC) foi decisiva para sua aprovação. A LDB fortaleceu a tendência a descentralização normativa, executiva e financeira do sistema educacional e repartiu a competência entre as instancias do poder (federal, estadual e municipal), enfatizando a responsabilidade de estados e municípios para com a universalização do ensino fundamental, que passou a ser responsabilidade de ambos. (DURHAM, 2010)

A educação infantil passou a ser de competência dos municípios e o ensino médio dos estados. A União permaneceu como o principal responsável pelo desenvolvimento do ensino superior público e pelo controle sobre todo o ensino superior privado, mantendo suas antigas funções de coordenar o conjunto do sistema.

Diversos foram os mecanismos criados no sentido de ampliar a educação em direção às camadas populares. A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) trouxe fortes expectativas da comunidade educacional, principalmente quanto à elevação do padrão de atendimento no ensino fundamental e à valorização dos docentes deste nível de ensino. Esta fonte de financiamento era mantida, basicamente, por 15% de alguns impostos devidos aos estados e municípios, estes que eram retidos numa conta única e repassados a esses entes federados proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental das suas respectivas redes de ensino considerando, no mínimo, o valor por aluno no ano definido nacionalmente. Atualmente este fundo foi substituído pelo FUNDEB, Fundo Nacional do Desenvolvimento do Ensino Básico, OLIVEIRA e TEIXEIRA (2009).

As reformas na educação brasileira, iniciadas com a Constituição de 1988, levaram a ampliação de matrículas no ensino básico. Dados apontados por Duhram (2010) mostram que entre os anos de 1992 e 2008 houve evolução da taxa de inclusão líquida nos ensinos Fundamental, Médio e Superior. Respectivamente 81,4% para 94,9%; 18,3% para 50,6% e; 4,6%



para 14,5%<sup>5</sup>. Entretanto, é sabido que ainda persistem diferenças acentuadas sobre a distribuição dos índices educacionais em termos das regiões do país. A disparidade entre as taxas de alfabetização, da população com 15 anos ou mais, das Unidades da Federação é significativa. As taxas mais baixas foram verificadas na Região Nordeste, nos Estados de Alagoas (74,3%), do Piauí (75,7%) e da Paraíba (76,5%), enquanto em outros estados, da Região Sudeste encontram-se acima de 95%, como no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Distrito Federal, essa taxa corresponde a 96%. GOLGHER e RIOS-NETO (2005), IBGE (2010).

Estes resultados fomentam a busca de uma análise minuciosa, que busca entender a distribuição destes índices de alfabetização, no Estado de Minas Gerais, mais precisamente nas dez macrorregiões de planejamento, devido a persistência de diferenças acentuadas entre as macrorregiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas no estado.

### **2.1 – Educação em Minas Gerais: análise a partir das macrorregiões de planejamento**

A partir do início da década de 1990, o Brasil passou por um movimento de reformulação no âmbito da gestão educacional. Ocorreram mudanças significativas na gestão dos sistemas de ensino municipais, estaduais e federal. Estas medidas foram justificadas pela necessidade de responder aos apelos da sociedade civil em torno da universalização do ensino básico e pela necessidade de responder às demandas econômicas ditadas pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Dentro deste contexto alguns estados brasileiros, particularmente Minas Gerais, têm adotado nos últimos anos projetos voltados para a reordenação de suas redes escolares, provocando mudanças na organização e no funcionamento das escolas, na sua estrutura administrativa e na composição do quadro de pessoal, (OLIVEIRA E DUARTE, 1997).

Minas Gerais foi o primeiro Estado brasileiro a adotar, em 2004, a extensão do Ensino Fundamental para nove anos na sua rede de ensino público, incluindo no cadastro escolar, deste nível de ensino, crianças com seis anos de idade. Entretanto, é importante destacar que a intenção primeira desta reforma, seria a de ampliar a duração do tempo escolar, permitindo assim, repensar a cultura pedagógica da alfabetização no ensino fundamental e a melhoria dos resultados. Esta foi uma dentre várias medidas adotadas pelo Governo de Minas Gerais, com

---

<sup>5</sup> Duhram (2010), dados PNAD - IBGE apud Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade — IETS , 1992-2008.



o discurso da tentativa de melhorar o ensino público. Na maioria das vezes estas medidas sofreram grandes resistências dos trabalhadores da educação. Estes últimos exigiam maior participação e melhores condições de trabalho nas escolas públicas mineiras.

Há quase duas décadas de promulgação da LDB, a qual objetivava, principalmente, ampliar e melhorar o ensino público no Brasil, vamos analisar, através de registros atualizados, a distribuição dos índices educacionais em Minas Gerais nas suas macrorregiões de planejamento, e constatar se existem disparidades significativas entre elas. Por vezes, análises desagregadas permitem-nos uma visão mais aprofundada da realidade.

O governo estadual, desde 1985, utiliza para fins administrativos, uma segmentação do Estado em Macrorregiões de Planejamento (ou Regiões de Planejamento). As macrorregiões são em número de dez: Norte, Rio Doce, Zona da Mata, Noroeste, Central, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Jequitinhonha/Mucuri.

As diferenças entre as macrorregiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas de Minas Gerais são muito acentuadas, tanto no que diz respeito a renda quanto no acesso à educação, saneamento básico, água tratada, dentre outros serviços<sup>6</sup>.

**Tabela 1 – Analfabetismo entre pessoas com idade acima de sete anos, por Macrorregião, em percentual - 2009**

Macrorregião	Percentual
Triângulo	8,0%
Central	8,1%
Sul	8,1%
Zona da Mata	8,6%
Alto Paranaíba	8,9%
Centro-Oeste	9,0%
Rio Doce	11,3%
Norte	12,1%
Noroeste	12,3%
Jequi/Mucuri	19,4%
Minas Gerais	10,1%

Fonte: PAD- MG 2009

Em relação as dez macrorregiões de Minas Gerais, vê-se na tabela 1 que a região com o maior percentual de analfabetos é a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, com 19,4% de sua população sem saber ler e escrever, seguida da região Noroeste, Norte e Rio Doce, nas

<sup>6</sup> [www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)



quais o índice de analfabetismo chega a ser superior a média do Estado, de 10,1%. Por outro lado, temos as regiões Sul, Triângulo e Central com percentagens bem menores, girando em torno de 8% de analfabetismo. Estes dados de 2009 demonstram grande disparidade em termos de analfabetismo no estado. Ainda persiste o círculo vicioso, por um lado maior poder econômico e melhores índices educacionais nas regiões mais desenvolvidas, e por outro, menor poder econômico e precários índices educacionais nas regiões menos desenvolvidas.

**Tabela 2 – Pessoas com seis anos ou mais que nunca freqüentaram a escola, por Macrorregião, em percentual - 2009**

Macrorregião	Nunca estudou
Jequi/Mucuri	16,3%
Rio Doce	10,8%
Norte	10,2%
Noroeste	9,6%
Zona da Mata	8,4%
Triângulo	7,8%
Central	7,2%
Alto Paranaíba	6,5%
Sul	6,3%
Centro-Oeste	5,8%
Percentual médio - MG	8,4%

Fonte: PAD\_MG 2009

A tabela 2, traz dados referentes a falta de instrução escolar, isto é, pessoas que nunca freqüentaram a escola. De acordo com os resultados percebemos uma grande discrepância entre as macrorregiões mineiras. Na macrorregião Jequitinhonha e Mucuri os percentuais obtidos apresentam-se acima da média do Estado, 16,3%. Em contrapartida, temos o Sul de Minas com o percentual bem menor, de apenas 6,3%, abaixo, inclusive, da média do Estado, de 8,4%.

A persistência do analfabetismo é uma marca da herança intergeracional entre as pessoas mais pobres em Minas Gerais, assim como no país. São As diferenças regionais no que diz respeito a alfabetização são significativas, contudo, o fato de 10,1% da população de Minas Gerais acima de sete anos de idade não saberem ler e escrever evidencia uma enorme barreira para a distribuição de renda via mercado de trabalho, pois no Estado a população é de



19.597.330 pessoas<sup>7</sup>, ou seja, aproximadamente 2 milhões de pessoas não sabem ler e escrever. Estes números são um obstáculo no momento de retomada do crescimento econômico. Para os analfabetos sobram ocupações marcadamente manuais, muito exaustivas e de restrita remuneração. A transferência intergeracional da pobreza passa, necessariamente, pela garantia de uma escolarização mínima de toda a população.

### 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória da universalização da educação no Brasil é longa e conflituosa. As elites dirigentes do país resistiram por séculos, não aceitavam a ampliação da educação para a população pobre. Assim como resistiram em momentos-chaves para a modernização da sociedade brasileira como na abolição da escravidão, na proclamação da república, dentre outros, resistiram no sentido de garantir instrução escolar universal.

Passaram-se longos períodos até o estabelecimento da instrução escolar pública e gratuita, mesmo sendo esta imprescindível para o desenvolvimento do país. A universalização do ensino fundamental foi um passo importante, apesar de tardio. Ainda hoje o país não conseguiu universalizar o ensino médio. A quantidade de jovens no ensino técnico e mesmo no ensino superior ainda está muito aquém das necessidades do mercado de trabalho.

São inúmeros os desafios da educação no país. As diferenças regionais, tanto em termos de Brasil quanto de Minas Gerais são mais um desafio. Desenvolver de forma mais igualitária o estado passa necessariamente por uma educação de melhor qualidade, mas também mais abrangente em todas as macrorregiões de Minas Gerais. Entretanto, numa análise desagregada, da distribuição dos índices educacionais por regiões do país e por macrorregiões de planejamento do Estado de Minas Gerais é perceptível a permanência de desigualdades dos índices educacionais.

### 4 – REFERÊNCIA

COSTA, Bruno Lazzaroti Diniz; DUARTE, Vanda Catarina. **Os efeitos do FUNDEF nas políticas educacionais nos municípios mineiros**. Belo Horizonte. Educação em Revista, n. 48. Dez. 2008. p. 143-170. <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 22 de março de 2013.

<sup>7</sup> Dados retirados da Tabela síntese de Renda *per capita*- RPC, 2010, disponível no site: [www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br).





DEMerval, Saviani. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 7ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001. Coleção educação contemporânea.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 88, Dec. 2010. p. 153-179. <http://www.scielo.br/scielo>. 22 de março de 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Instrução elementar no século XIX**. In: 500 anos de educação no Brasil. 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2010**. IBGE 2010.

MELLO, Guiomar Namó de. **Políticas Públicas de Educação**. Estud. av., São Paulo, v. 5, n. 13, Dec. 1991. <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 22 de março de 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. **Política e administração da educação: Um estudo de algumas reformas recentes implementadas no estado de Minas Gerais**. Debates. Educação & Sociedade, Campinas, ano XVIII, nº 58, julho/97. <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 22 de março de 2013.

OLIVEIRA, Rosimar de Fátima; TEIXEIRA, Beatriz de Basto. **As políticas de financiamento da educação básica na última década: do FUNDEF ao FUNDEB**. 2009.V Simpósio Internacional: O Estado e as políticas educacionais no tempo presente. Uberlândia, 2009.

RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; GOLGHER, Andre Braz. **Aspectos metodológicos sobre indicadores educacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **“Agora seu filho entra mais cedo na escola”**: A criança de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos em Minas Gerais. Educação & Sociedade: Campinas, v. 27, n. 96, Oct. 2006. <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 22 de março de 2013.

[www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br)